

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À 2. ^a EDIÇÃO	9
NOTA DO AUTOR À 1. ^a EDIÇÃO	11

PARTE I**TEORIA GERAL DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO****CAPÍTULO I**

INTRODUÇÃO AO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	29
Seção I – Sociedade e Comunidade Internacional	29
1. O que é o Direito Internacional Público?	29
2. Sociedade e comunidade	30
3. Ordem jurídica da sociedade internacional	32
Bibliografia consultada	34
Seção II – Gênese do Direito Internacional Público	35
1. Introdução	35
2. Origens históricas do Direito Internacional Público	35
3. As tendências evolutivas do Direito Internacional	38
4. O Direito Internacional Público nos dias atuais	41
Bibliografia consultada	42
Seção III – Conceito, Denominações e Divisões	43
1. Conceito	43
2. Denominações	46
3. Divisões	48
4. Aplicação internacional e interna	49
Bibliografia consultada	51

CAPÍTULO II

RELAÇÕES ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E O DIREITO INTERNO ESTATAL	53
1. Propositura do problema	53
2. Dualismo	54
3. Críticas à doutrina dualista	57
4. Monismo	58
5. Doutrinas conciliatórias	66
6. As relações entre o Direito Internacional e o Direito interno nos textos constitucionais	66
Bibliografia consultada	72

CAPÍTULO III

FUNDAMENTO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	74
1. Introdução	74
2. Doutrinas	74
3. Fundamento do Direito Internacional na regra <i>pacta sunt servanda</i>	77
Bibliografia consultada	80

CAPÍTULO IV

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	82
Seção I – Fontes Primárias	82
1. Introdução	82
2. Fontes materiais e formais	83
3. Rol originário das fontes do Direito Internacional Público	84
4. Os tratados internacionais	86
5. O costume internacional	88
6. Os princípios gerais de direito	96
Bibliografia consultada	100

Seção II – Meios Auxiliares e Novas Fontes

1. Introdução	102
2. Jurisprudência	103
3. Doutrina dos publicistas	105
4. Analogia e equidade	106
5. Atos unilaterais dos Estados	108
6. Decisões das Organizações Internacionais	112
7. A questão do <i>jus cogens</i> e da <i>soft law</i>	117
Bibliografia consultada	125

CAPÍTULO V

DIREITO DOS TRATADOS	128
Seção I – O Direito dos Tratados na Convenção de Viena de 1969	128
1. Introdução	128
2. Antecedentes históricos	128
3. A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados	130
4. Desmembrando o conceito de tratado internacional	133
5. Terminologia dos tratados	140
6. Estrutura dos tratados	148
7. Classificação dos tratados	150
8. Processo de formação dos tratados	159
9. Reservas aos tratados multilaterais	188
10. Emendas e modificações aos tratados multilaterais	197
11. Entrada em vigor e aplicação provisória dos tratados	200
12. Registro e publicidade dos tratados	201
13. Observância e aplicação dos tratados	203

14. Interpretação dos tratados	209
15. Os tratados e os terceiros Estados	215
16. Anulabilidade e nulidade dos tratados	219
17. A inconstitucionalidade dos tratados	221
18. O <i>jus cogens</i> e o tema da nulidade dos tratados	230
19. Conflitos entre tratados	236
20. Terminação dos tratados	239
21. A denúncia dos tratados	248
22. Conseqüências da nulidade, da extinção e da suspensão da execução de um tratado	257
Bibliografia consultada	258
Seção II – O Direito dos Tratados na Convenção de Viena de 1986	261
1. Introdução	261
2. Histórico e situação atual da Convenção de 1986	262
3. Similitude entre as convenções de 1969 e de 1986	263
4. Capacidade das organizações internacionais para concluir tratados	264
5. Tratados abrangidos pela Convenção de 1986	265
Bibliografia consultada	266
Seção III – Processualística Constitucional de Celebração de Tratados no Brasil	267
1. Introdução	267
2. A Constituição brasileira de 1988 e o poder de celebrar tratados	270
3. O relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo no processo de conclusão de tratados	277
4. O papel do Congresso Nacional no processo de celebração de tratados	284
5. Procedimento interno nas casas do Congresso Nacional	289
6. Prática brasileira para a entrada em vigor dos tratados	291
7. Efeitos da internalização dos tratados na ordem interna	300
Bibliografia consultada	301
Seção IV – O Conflito entre Tratado e Norma de Direito Interno	302
1. O caso brasileiro	302
2. Paridade normativa declarada pelo STF	305
3. Nosso posicionamento frente à posição do STF	310
Bibliografia consultada	313
Seção V – Dos Tratados em Matéria Tributária	314
1. Propositura do problema	314
2. O art. 98 do Código Tributário Nacional	315
3. A questão das isenções de tributos estaduais e municipais por meio de tratados	319
Bibliografia consultada	322
CAPÍTULO VI	
CODIFICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	
1. Introdução	324
2. Propósito da codificação	324

3. A regra da Carta da ONU	325
4. Tentativas de codificação do Direito Internacional Público	326
5. Estado atual da codificação do Direito Internacional Público	327
Bibliografia consultada	328
Plano da Parte II	329

PARTE II

PERSONALIDADE JURÍDICA INTERNACIONAL

CAPÍTULO I

OS SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	331
1. Introdução	331
2. Classificação dos sujeitos	332
3. Os Estados	332
4. Coletividades interestatais	334
5. Coletividades não-estatais	335
6. A Santa Sé e o Estado da Cidade do Vaticano	338
7. Comitê Internacional da Cruz Vermelha	342
8. Os indivíduos	343
9. Sujeitos não-formais do Direito Internacional	347
10. Plano dos capítulos seguintes	349
Bibliografia consultada	349

CAPÍTULO II

O ESTADO NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	352
Seção I – Formação e Extinção do Estado	352
1. Introdução	352
2. Conceito e elementos constitutivos do Estado	353
3. Formação do Estado	360
4. Reconhecimento de Estado e de governo	363
5. Classificação dos Estados	377
6. Extinção dos Estados	388
7. Sucessão de Estados	391
8. Sucessão de organizações internacionais	396
Bibliografia consultada	397
Seção II – Domínio Terrestre do Estado	399
1. Introdução	399
2. Conceito e natureza	400
3. Fronteiras e limites	401
4. Modos de aquisição de território	405
Bibliografia consultada	412
Seção III – Direitos e Deveres dos Estados	413
1. Introdução	413
2. Direitos dos Estados	413

3. Restrições aos direitos fundamentais dos Estados	420
4. Deveres dos Estados	426
5. O dever de não-intervenção	428
6. A doutrina Monroe	430
7. A doutrina Drago	431
Bibliografia consultada	433
Seção IV – Imunidade à Jurisdição e à Execução Estatal	434
1. Introdução	434
2. Diplomacia e serviço consular	435
3. Prerrogativas e imunidades diplomáticas	435
4. Imunidade penal do pessoal da missão diplomática	440
5. Privilégios e imunidades consulares	441
6. Imunidade de jurisdição do Estado	443
7. O abuso da imunidade diplomática	449
8. Imunidade de jurisdição do Estado em matéria trabalhista	450
9. Imunidade de execução	453
Bibliografia consultada	456
Seção V – Responsabilidade Internacional dos Estados	457
1. Introdução	457
2. Projeto de convenção internacional da ONU	458
3. Conceito de responsabilidade internacional	459
4. Características da responsabilidade internacional	460
5. Proteção diplomática	462
6. Elementos constitutivos da responsabilidade	463
7. Formas de responsabilidade internacional	465
8. Natureza jurídica da responsabilidade internacional	466
9. Órgãos internos e responsabilidade internacional	467
10. Prévio esgotamento dos recursos internos	474
11. Apresentação de reclamações	476
12. Excludentes da responsabilidade	477
13. Meios de reparação pela violação de uma obrigação internacional	480
Bibliografia consultada	481
Seção VI – Órgãos dos Estados nas Relações Internacionais	483
1. Introdução	483
2. Chefes de Estado	483
3. Ministro das Relações Exteriores	486
4. Agentes diplomáticos	487
5. Os cônsules e funcionários consulares	491
6. Delegações junto às organizações internacionais	494
Bibliografia consultada	494

CAPÍTULO III

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS INTERGOVERNAMENTAIS	496
Seção I – Teoria Geral das Organizações Internacionais	496
1. Introdução	496
2. Definição	498
3. Características	500
4. Classificação	502
5. Personalidade jurídica internacional	504
6. Processo decisório	506
7. Diferenças de fundo	507
8. Sede da organização	508
9. Admissão de novos membros	508
10. Representação dos Estados-membros	511
11. Sanções aos Estados-membros	511
12. Retirada voluntária dos Estados-membros	513
13. Ordem jurídica das organizações internacionais	513
Bibliografia consultada	514
↳ Seção II – A Organização das Nações Unidas	515
1. Origem histórica	515
2. Propósitos e finalidades específicas das Nações Unidas	516
3. Membros das Nações Unidas	517
4. Segurança coletiva e supremacia da Carta da ONU	518
5. Os órgãos das Nações Unidas	519
6. Organismos especializados da ONU	525
7. Revisão da Carta da ONU	531
Bibliografia consultada	532
↳ Seção III – Organizações Regionais e Supranacionais	533
1. Organizações regionais	533
2. Organizações supranacionais	534
3. A União Européia	535
4. Mercado Comum do Sul (Mercosul)	537
Bibliografia consultada	541
Seção IV – Organização dos Estados Americanos	542
1. Introdução	542
2. Estrutura da Carta da OEA	544
3. Natureza, propósitos e princípios	544
4. Membros da OEA	545
5. Direitos e deveres fundamentais dos Estados-partes da OEA	546
6. Solução pacífica de controvérsias	547
7. Órgãos da OEA	547
8. Conferências especializadas	553

9. Organismos especializados	553
Bibliografia consultada	554
CAPÍTULO IV	
OS INDIVÍDUOS E O DIREITO INTERNACIONAL	555
Seção I – Nacionalidade do Indivíduo	555
1. Jurisdição do Estado	555
2. Conceito de nacionalidade	555
3. Nacionalidade e cidadania	558
4. Nacionalidade originária e adquirida	562
5. A nacionalidade de origem	567
6. Aquisição da nacionalidade	569
7. A nacionalidade brasileira	571
8. Perda da nacionalidade brasileira	581
9. Reaquisição da nacionalidade brasileira	585
10. Estatuto da igualdade entre brasileiros e portugueses	587
Bibliografia consultada	590
Seção II – Condição Jurídica do Estrangeiro	592
1. Conceito de estrangeiro	592
2. Admissão do estrangeiro no território nacional	593
3. Títulos de ingresso dos estrangeiros	593
4. Direitos dos estrangeiros	595
5. Exclusão do estrangeiro por iniciativa estatal	597
6. Extradição	603
7. Asilo territorial e asilo diplomático	612
8. Refúgio	619
Bibliografia consultada	620
Plano da Parte III	622

PARTE III

DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL

CAPÍTULO I	
ZONAS POLARES	623
1. Introdução	623
2. O Pólo Norte	623
3. A Antártica	625
Bibliografia consultada	627
CAPÍTULO II	
O MAR	628
Seção I – Águas Interiores, Mar Territorial e Zona Contígua	628
1. Introdução	628
2. Águas interiores	629

3. Mar territorial	632
4. Zona contígua	636
5. Estreitos	637
6. Canais internacionais	638
7. Estados Arquipélagos	639
8. Situação jurídica dos navios	640
Bibliografia consultada	642
Seção II – Zona Econômica Exclusiva	643
1. Entendimento	643
2. Regulamentação internacional e interna	644
3. Direitos, deveres e jurisdição do Estado costeiro	645
4. Direitos de terceiros Estados	645
Bibliografia consultada	646
Seção III – Plataforma Continental e Fundos Marinhos	647
1. Plataforma continental	647
2. Fundos marinhos	649
Bibliografia consultada	650
Seção IV – Rios Internacionais	651
1. Conceito	651
2. Exercício da jurisdição estatal	653
3. Rio Amazonas e o Tratado da Bacia do Prata	653
4. Outros regimes internacionais	654
Bibliografia consultada	654
Seção V – O alto mar	655
1. Importância da matéria	655
2. Conceito de alto mar	655
3. O regime jurídico do alto mar	656
4. Limites à liberdade do alto mar	657
5. Acesso ao alto mar pelos Estados sem litoral	658
6. Deveres dos Estados no alto mar	659
Bibliografia consultada	661
CAPÍTULO III	
O ESPAÇO AÉREO E EXTRA-ATMOSFÉRICO	662
Seção I – O Espaço Aéreo	662
1. Introdução	662
2. Normativa internacional	662
3. Princípios elementares	663
4. As cinco liberdades do ar	663
5. Situação jurídica das aeronaves	664
6. Segurança no ar	666
Bibliografia consultada	666

Seção II – O Espaço Extra-Atmosférico	667
1. Origens da regulamentação internacional.....	667
2. Natureza jurídica do espaço extra-atmosférico	667
3. Normativa internacional	668
Bibliografia consultada	669
Plano da Parte IV	669

PARTE IV

PROTEÇÃO INTERNACIONAL

DOS DIREITOS HUMANOS E DO MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	671
Seção I – O Direito Internacional dos Direitos Humanos	671
1. Generalidades	671
2. Direitos do homem, direitos fundamentais e direitos humanos	671
3. Características dos direitos humanos	674
4. A questão das “gerações” (ou <i>dimensões</i>) de direitos	676
5. Críticas ao sistema geracional de direitos	677
6. Gênese do direito internacional dos direitos humanos	677
7. O Direito Internacional dos Direitos Humanos	679
8. Tratados internacionais de direitos humanos no direito brasileiro	682
9. Os tratados internacionais de direitos humanos nas Constituições latino-americanas	702
Bibliografia consultada	705
Seção II – O Direito da Carta da ONU	708
1. A regra das Nações Unidas	708
2. Ausência de definição da expressão “direitos humanos”	710
3. Um passo rumo à Declaração Universal dos Direitos Humanos	710
Bibliografia consultada	710
Seção III – Declaração Universal dos Direitos Humanos	711
1. Introdução	711
2. Estrutura da Declaração Universal	711
3. Natureza jurídica da Declaração Universal de 1948	713
4. Relativismo <i>versus</i> universalismo cultural	714
5. Impacto (internacional e interno) da Declaração Universal de 1948	717
Bibliografia consultada	717
Seção IV – Os Pactos de Nova York de 1966	718
1. A criação dos mecanismos de proteção	718
2. Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos	719
3. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	722
Bibliografia consultada	724

Seção V – Sistema Regional Interamericano	724
1. Introdução	724
2. Convenção Americana sobre Direitos Humanos	726
3. Comissão Interamericana de Direitos Humanos	727
4. Corte Interamericana de Direitos Humanos	731
5. Processamento do Estado perante a Corte	733
6. Eficácia interna das sentenças proferidas pela CIDH	736
Bibliografia consultada	738
Seção VI – Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional	740
1. Introdução	740
2. Precedentes históricos da criação do TPI	740
3. Estrutura e funcionamento do TPI	746
4. Competência material do TPI	751
5. A regra da responsabilidade penal individual	757
6. As aparentes antinomias entre o Estatuto de Roma e a Constituição brasileira	759
7. Conclusão	767
Bibliografia consultada	768
CAPÍTULO II	
PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE	771
Seção I – Gênese das Normas de Proteção	771
1. Introdução	771
2. Gênese do Direito Internacional do Meio Ambiente	772
3. Instrumentos internacionais de proteção	773
4. Recurso às regras do Direito Internacional clássico	775
Bibliografia consultada	775
Seção II – Fontes do Direito Internacional do Meio Ambiente	776
1. Introdução	776
2. Rol das fontes formais	776
3. Reavaliação das fontes	780
Bibliografia consultada	780
Seção III – Meio Ambiente e Direitos Humanos	781
1. O direito ao meio ambiente como um direito humano fundamental	781
2. A proteção do meio ambiente no Direito brasileiro	785
3. O direito ao meio ambiente sadio no sistema interamericano de Direitos Humanos	786
4. Inter-relação dos direitos humanos com o meio ambiente em outros instrumentos internacionais	787
Bibliografia consultada	789
Plano da Parte V	790

PARTE V

+ DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

CAPÍTULO I

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO	791
Seção I – Fundamentos, Objetivos e Dimensão Atual do Direito Internacional do Trabalho	791
1. Introdução	791
2. Fundamentos	792
3. Objetivos	793
4. A dimensão atual do Direito Internacional do Trabalho	794
5. Padrões trabalhistas mínimos e <i>dumping social</i>	794
Bibliografia consultada	797
Seção II – A Organização Internacional do Trabalho (OIT)	797
1. Introdução	797
2. Finalidades	798
3. Competência	799
4. Natureza jurídica	800
5. Membros	801
6. Estrutura orgânica	802
Bibliografia consultada	806
CAPÍTULO II	
CONVENÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA OIT	807
Seção I – As Convenções da OIT	807
1. Considerações gerais	807
2. Conceito de convenção	807
3. Natureza jurídica	808
4. Vigência internacional	809
5. Integração ao direito brasileiro	810
6. Incorporação material e formal	814
7. Primazia da norma mais favorável	814
8. Interpretação das convenções	815
Bibliografia consultada	816
Seção II – As Recomendações da OIT	816
1. Conceito de recomendação	816
2. Natureza jurídica	818
3. Integração ao direito brasileiro	818
Bibliografia consultada	819
Plano da Parte VI	820

PARTE VI

§. CONFLITOS INTERNACIONAIS

CAPÍTULO I

SOLUÇÕES PACÍFICAS DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS.....	821
Seção I – Regras Gerais sobre Soluções de Controvérsias	821
1. Introdução	821
2. Conceito de controvérsias internacionais	821
3. Finalidade da matéria	822
4. Regra das Nações Unidas	822
5. Tratado Interamericano de Assistência Recíproca	823
6. Hierarquia dos meios de solução de controvérsias	824
Bibliografia consultada	825
Seção II – Meios Diplomáticos	825
1. Características da solução diplomática	825
2. Negociação direta	826
3. Bons ofícios	827
4. Sistema de consultas	827
5. Mediação	828
6. Conciliação	829
7. Inquérito	829
Bibliografia consultada	830
Seção III – Meios políticos	831
1. Entendimento	831
2. Mecanismos de controle	831
3. A regra da não-ingerência em assuntos internos	832
Bibliografia consultada	835
Seção IV – Meio Semi-Judicial (Arbitragem)	835
1. Diferenças conceituais	835
2. A arbitragem internacional	836
3. Os árbitros	837
4. Cláusula arbitral	838
5. O processo arbitral	838
6. Laudo arbitral	838
7. Formas de arbitragem	839
Bibliografia consultada	840
Seção V – Meios Judiciais	841
1. Introdução	841
2. A Corte Internacional de Justiça	842
3. Tribunais regionais e especializados	847
4. Consentimento estatal	847
Bibliografia consultada	848

Seção VI – Sanções ou Meios Coercitivos	849
1. Finalidade dos meios coercitivos	849
2. Retorsão	850
3. Represálias	851
4. Embargo	852
5. Boicotagem	852
6. Bloqueio pacífico	853
7. Rompimento das relações diplomáticas	854
8. Sanções coletivas internacionais	854
Bibliografia consultada	854
CAPÍTULO II	
GUERRA E NEUTRALIDADE	856
Seção I – A Guerra	856
1. Introdução	856
2. Guerra e tecnologia	856
3. Brevíssima gênese da guerra	857
4. Definição de guerra	858
5. Proibição jurídica da guerra	858
6. As leis da guerra	861
7. A declaração de guerra	861
8. Efeitos da declaração de guerra	863
9. As hostilidades	864
10. Término da guerra	864
11. A legítima defesa	865
12. Crimes de guerra	868
13. O terrorismo em Direito Internacional	869
Bibliografia consultada	871
Seção II – A Neutralidade	873
1. Conceito de neutralidade	873
2. Críticas ao sistema da neutralidade	874
3. Neutralidade e neutralização	874
4. Formas de manifestação	875
5. Neutralidade nas organizações internacionais	875
6. O futuro do sistema de neutralidade	876
Bibliografia consultada	876
PALAVRAS FINAIS	879